

Conselheiros esperam Carta 'renovadora'

O futuro Congresso constituinte provocará "grandes surpresas" na elaboração da nova Constituição Brasileira, na opinião de membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Apesar das ressalvas quanto ao processo eleitoral e a organização de "setores conservadores" para impedir mudanças sociais, eles esperam uma Constituição "renovadora", aproveitando muitas das inovações que a comissão está propondo.

O presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, faz uma distinção entre os trabalhos da comissão e os dos futuros constituintes: "A comissão, formada por intelectuais, juristas, trabalha com idéias, enquanto o Congresso, formado por políticos eleitos, trabalha com interesses". Esta condição, segundo o ex-chanceler, permitirá que o Congresso "filtre, entre as propostas da comissão, as mais adequadas às diferentes realidades regionais. Mas, algumas inovações que estamos propondo tem tal força social que não acredito que possam ser evitadas por uma Constituição brasileira contemporânea". Entre estas inovações, Arinos inclui "itens novos da declaração de direitos, que fortalecem a cidadania", como, por exemplo, o "defensor do povo", que teria a função de "zelar pelo respeito do Estado aos direitos assegurados na Constituição".

O sociólogo Hélio Jaguaribe, 63, estabelece diferenciação semelhante a de Arinos quanto às características dos constituintes e dos membros da comissão. "Trabalhamos com mais liberdade, pois não temos compromissos senão com as nossas convicções", declarou. Ele acredita que, por esta razão, o resultado do trabalho da comissão "é um documento adequado ao Brasil atual, que reflete bem o pensamento organizado sobre a sociedade brasileira atual". Para Jaguaribe, "a comissão está balizando o terreno para os constituintes, que encontrarão pronta uma série de estudos preliminares sobre os temas constitucionais".

Quanto ao trabalho do Congresso constituinte, o sociólogo prevê "um fenômeno interessante: vai ocorrer uma significativa diferença entre a procedência dos membros do Congresso e as decisões posteriores. Embora recrutados em processo eleitoral longe do desejável e provenientes de estruturas partidárias pouco

Itaipava desconhece os trabalhos

Designados pelo presidente da República, os membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais escolheram Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, para preparar o anteprojeto da nova Constituição brasileira. Enquanto discutiam, no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon), do Ministério das Minas e Energia, os direitos do cidadão, dos Estados e municípios do país, a população da região sequer sabia o que significa Constituição e qual seu efeito prático na vida de cada um.

O ceramista Olinto Saraiva, 33, revela o ceticismo comum a vários outros habitantes de Itaipava quando

lhe é revelada a função da comissão, do futuro Congresso e de uma nova Constituição. "De que adianta mudar a lei? Ninguém cumpre", afirmou. Olinto, assim como o comerciante Célio Stumpf, 47, e a estudante Marta Olívia, 18, tem idéias separatistas: acha que Itaipava viveria melhor como município, sem subordinar-se a Petrópolis. Nenhum deles soube, porém, que a comissão, enquanto esteve em Itaipava, aprovou a possibilidade da criação, em áreas que, como Itaipava, não têm condições de emancipação, dos chamados "distritos especiais", com administração própria, independente da sede do município e vinculada ao Estado.

expressivas da sociedade, os constituintes serão compelidos a assumir posições marcadas por linhas programáticas sérias. O imperativo da realidade será o agente modificador", declarou Jaguaribe. "O trabalho dos constituintes será melhor do que está sendo previsto, de forma pessimista, por alguns setores".

Composição

O economista Walter Barelli, diretor do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), e o advogado Clóvis Ferro Costa, que também integram a comissão, estão esperançosos. "Não sou otimista a ponto de acreditar na revolução pelo voto, mas pode ser que tenhamos agradáveis surpresas na composição do Congresso constituinte", afirmou Barelli. "Estamos conscientes das manobras que prepara o grupo que não quer as mudanças, sabemos da força do poder econômico, que vai ser utilizada, não estamos vendo grande mobilização social sobre a nova Constituição", declarou. "Mas, acredito que nos últimos meses conseguimos atingir uma parcela muito grande da opinião pública, principalmente os chamados formadores de opinião, e vemos o trabalho da Igreja, dos sindicatos, das associações de bairros, que estão preparando um voto mais consciente". Ferro Costa, também "consciente da organização dos setores conservadores para o processo eleitoral", espera um "voto renovador. Acredito na nossa maturidade eleitoral e creio que teremos um Congresso progressista". Esse Congresso absorverá

"boa parcela das sugestões inovadoras da comissão", acredita o ex-deputado udenista.

'Esforço útil'

Terminou ontem em Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, o "esforço concentrado" da comissão —onze dias de reuniões plenárias em que foram discutidos e votados três dos dez capítulos do anteprojeto constitucional da comissão. Dos 51 membros do grupo, 43 passaram pelo Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, onde, isolados entre bosques e montanhas, participaram de nove horas diárias de reunião.

Na segunda etapa do "esforço", realizada na última semana, os conselheiros aprovaram o fim da isenção de imposto de renda para parlamentares, militares, magistrados e religiosos, a autonomia política para o Distrito Federal (que adquire o direito de eleger seu governador), a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados, a criação do imposto sobre venda a varejo, de competência municipal, a possibilidade de organização de "distritos especiais", em regiões sem condições de adquirir a categoria de município, mas que necessitem de administração própria.

O secretário-executivo da comissão, Mauro Santayana, considerou bastante "útil, proveitosa" a iniciativa do "esforço concentrado". Esta também foi a avaliação da comissão que decidiu repetir o encontro de 4 a 9 de agosto, novamente em Itaipava.